

Brasília-DF, 23 de setembro de 2026

Programa de Flávio desmonta o trabalho



A Agência Sindical publica artigo de Clemente Ganz Lucio e Eneida Vinhaes Bello Dultra, no qual eles analisam a proposta de Flávio Bolsonaro para o mundo do Trabalho. A lógica é: desregular, reduzir o poder da negociação coletiva, fazendo prevalecer a relação direta entre contratante de contratado. Em resumo, precarização.

Os autores advertem que o trabalho não aparece como eixo estruturante de uma estratégia de desenvolvimento. "Predomina uma abordagem segundo a qual o indivíduo deve ser capacitado e liberado de obstáculos pra buscar oportunidades no mercado, seja como empregado, autônomo ou empreendedor", observam os autores, para quem "não se trata de uma diferença menor".

De acordo com Clemente e Eneida, "uma estratégia de desenvolvimento não pode ser medida apenas pelo crescimento do PIB, expansão do investimento ou equilíbrio das contas públicas". Eles comentam: "Desenvolvimento resulta da relação entre crescimento econômico, transformação produtiva, distribuição da riqueza e da renda, redução das desigualdades, sustentabilidade ambiental e ampliação do bem-estar".

Força – Para os autores, "o trabalho é uma força constitutiva". Já a massa salarial, diz o artigo, "movimenta o mercado interno; trabalhadores qualificados ampliam a capacidade produtiva; relações de trabalho equilibradas favorecem cooperação e inovação; proteção social dá segurança às famílias; boas condições de trabalho reduzem adoecimento e acidentes; e diálogo social e negociação coletiva fortalecem a democracia".

Sindicatos – A Agência Sindical "observa que o Item 44 do Programa de Flávio praticamente estimula um ataque direto aos Sindicatos". Na prática, "os

Sindicatos são as entidades que fazem a mediação coletiva entre capital e trabalho, buscando valorizar o trabalho e os direitos dos trabalhadores da ativa e de aposentados". Sem isso, a precarização dominará as relações de trabalho.

Mais – [Clique aqui](#) e leia o texto integral

Fonte: Agência Sindical

O que está em jogo na eleição para o Congresso Nacional

Com 513 vagas na Câmara e 54 no Senado em disputa, eleição definirá a correlação de forças que conduzirá a agenda legislativa nos próximos quatro anos

A eleição de 4 de outubro definirá mais do que os próximos presidente da República e governadores. O eleitor também escolherá os 513 deputados federais e 54 dos 81 senadores que integrarão o Congresso Nacional a partir de 2027.



A composição dessas duas Casas terá impacto direto sobre os rumos da agenda legislativa. É no Congresso que serão discutidas e votadas propostas sobre jornada de trabalho, negociação coletiva, Previdência, serviço público, tributação, orçamento e políticas sociais. Para os trabalhadores, o resultado das urnas definirá, portanto, quais forças estarão representadas nessas decisões e com que peso.

Os levantamentos do DIAP ajudam a dimensionar esse cenário. Na Câmara, [438 dos 513 deputados — 85,38% — disputam um novo mandato](#). A elevada taxa de recandidatura, combinada ao histórico de sucesso eleitoral de quem já exerce o mandato, indica possibilidade de continuidade significativa na composição da Casa.

[Análise sobre a renovação do Congresso](#) estima que a Câmara poderá renovar entre 14,61% e 44,44% de suas cadeiras. A média histórica é de aproximadamente 49%. O dado reforça a perspectiva de que parte expressiva dos atuais deputados poderá permanecer no Parlamento.

No Senado, a disputa tem outra dimensão. Dois terços da Casa serão renovados neste ano, com 54 cadeiras em jogo. Dentre os senadores em fim de mandato, 32 buscam a reeleição. [A projeção aponta potencial de renovação entre 22 e 44 cadeiras](#).

Mas a renovação numérica não conta toda a história. [Análise publicada pelo Departamento](#) chama atenção

Brasília-DF, 23 de setembro de 2026

para um aspecto importante: a entrada de novos parlamentares não significa, necessariamente, mudança na correlação de forças políticas e nos setores representados no Legislativo.

É essa correlação de forças que estará em jogo nas urnas. O resultado de outubro definirá o Congresso que, a partir de 2027, decidirá sobre propostas capazes de ampliar, preservar ou alterar direitos e políticas públicas. Mais do que o percentual de renovação da Câmara e do Senado, será a composição política das duas Casas que mostrará quais setores ganharam ou mantiveram espaço e como ficará o ambiente para a agenda dos trabalhadores na próxima legislatura.

Fique atento. O DIAP segue acompanhando o processo eleitoral e monitorando, no Congresso Nacional, a tramitação das propostas de interesse dos trabalhadores. Análises, estudos e informações sobre a atuação parlamentar continuarão disponíveis nos canais da entidade, como subsídio às organizações sindicais e à sociedade no acompanhamento das decisões que afetam direitos e relações de trabalho.

Fonte: Diap

Lula diz que ONU falha e que o Brasil "não cabe no quintal de ninguém"

Presidente critica paralisação do Conselho de Segurança, ingerência externa e tarifaço; fala sobre eleição brasileira e defende fim da escala 6x1.



Lula durante discurso na abertura da Assembleia da ONU em 2026, Ricardo Stuckert/PR

O presidente Lula abriu nesta terça-feira (22) seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas com uma dura crítica à própria ONU. Disse que a organização vive seu momento mais crítico desde que ele ocupou pela primeira vez a tribuna, em 2003, e está falhando em uma de suas principais missões: impedir guerras. Ao longo do pronunciamento, também criticou interferências externas em eleições e declarou que o Brasil "não cabe no quintal de ninguém".

"O sentimento que me move hoje é o da indignação", afirmou. Segundo Lula, a credibilidade da ONU "nunca esteve tão baixa" e sua capacidade de proteger os mais vulneráveis "nunca foi tão pequena". Ele atribuiu parte da crise ao imobilismo do Conselho de Segurança e lembrou que, já em 1946, o Brasil alertava para os riscos do poder de veto das grandes potências.

"Esse vício de origem da Carta da ONU conferiu às grandes potências o privilégio da insensatez", disse. Para o presidente, as concessões à "lei do mais forte" passaram dos limites. "A guerra não é a continuação da política por outros meios. É a falência total da política."

"Quintal de ninguém"

Ao tratar da América Latina, Lula falou em "recrudescimento de tentações hegemônicas" e fez uma das declarações mais fortes do discurso: "O Brasil não cabe no quintal de ninguém. Precisamos de parceiros com uma agenda positiva, que fomente o desenvolvimento". Em nenhum momento ele citou o nome dos Estados Unidos ou do presidente Donald Trump, a quem ontem acusou de agir como "imperador".

O presidente brasileiro disse que a democracia está "novamente em xeque", criticou a "ingerência externa em processos eleitorais" e a divisão do mundo em zonas de influência. Defendeu que a Venezuela decida seu próprio destino, criticou a Nicarágua por impedir a oposição de disputar eleições e condenou o embargo econômico contra Cuba.

O presidente voltou ao tema da soberania ao falar sobre crime organizado. Afirmou que o Brasil não vai "terceirizar" a defesa de suas fronteiras e cobrou cooperação internacional contra o tráfico de armas e a lavagem de dinheiro.

"Não precisamos de porta-aviões vigiando nossas águas. Precisamos de cooperação para estancar o fluxo de armas e de dinheiro que abastecem o crime", declarou. Segundo Lula, essa é a orientação de uma proposta entregue por ele ao presidente dos Estados Unidos.

Eleição brasileira

A eleição de 4 de outubro ganhou destaque no encerramento do pronunciamento. Lula disse que os brasileiros não irão apenas escolher presidente, governadores e parlamentares.

"Vão decidir entre democracia e negacionismo. Se o Brasil vai avançar rumo a um futuro de mais oportunidades ou regressar a um passado de exclusão", afirmou.

Brasília-DF, 23 de setembro de 2026

Ele previu um pleito "transparente e competitivo", com ampla liberdade de expressão, mas disse que há quem abuse dessa liberdade "para se associar a interesses estrangeiros contrários ao país".

Também alertou para redes de desinformação durante a campanha. "Não permitiremos que os inimigos da democracia, internos e externos, atentem contra a vontade popular. A democracia brasileira pertence aos brasileiros", disse.

Guerras e diplomacia

Sobre os conflitos internacionais, Lula acusou o governo de Benjamin Netanyahu, de Israel, de praticar "genocídio" contra palestinos em Gaza e, no mesmo trecho, condenou os "atos terroristas do Hamas" contra civis israelenses. Defendeu a solução de dois Estados e criticou pressões contra o Tribunal Penal Internacional.

Ao tratar da guerra entre Rússia e Ucrânia, afirmou que "não haverá vencedores no campo de batalha" e que a diplomacia é a única saída. Citou o Grupo de Amigos da Paz, articulado por Brasil e China, como iniciativa voltada ao diálogo.

Tarifas, minerais e tecnologia

Na área econômica, Lula disse que a Organização Mundial do Comércio "respira por aparelhos" e criticou o uso de tarifas como instrumento de "coerção e chantagem". Mais adiante, mencionou o "tarifaço contra nossa economia" e afirmou que, apesar dele, o Brasil deverá bater novo recorde de exportações neste ano.

Também afirmou que o acesso aos minerais críticos e terras raras do país deverá ter como contrapartida geração de valor no Brasil, transferência de tecnologia e abastecimento de setores estratégicos nacionais.

Outro alvo foram as grandes empresas de tecnologia. Lula classificou como uma "omissão histórica imperdoável" deixar de regulamentar big techs e inteligência artificial e criticou o que chamou de "tecno-oligarcas" interessados em um ambiente digital "sem regras nem transparência".

Também atacou as plataformas de apostas, afirmando que a indústria das bets "transforma o vício em lucro", e defendeu o Pix. "Não vamos ceder às pressões de multinacionais que querem privatizar o nosso Pix", disse.

Fim da escala 6x1

Na parte dedicada ao trabalho, Lula defendeu o fim da escala 6x1 para garantir dois dias livres por semana. A proposta, que já passou pela Câmara e pela

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, aguarda análise dos senadores no Plenário.

"O trabalhador precisa de tempo para descansar, se qualificar e conviver com a família", afirmou. Segundo ele, a mudança também ajudaria a reduzir a sobrecarga doméstica que ainda recai sobre as mulheres.

Lula encerrou retomando a crise das Nações Unidas. Depois de lembrar o papel da organização na descolonização, na defesa dos direitos humanos e no acolhimento de refugiados, disse que a ONU precisa recuperar vontade política para voltar a ser "o templo da paz".

Esta foi a décima vez que Lula discursou na abertura da Assembleia Geral. Ele ocupou a tribuna da ONU em 2003, 2004, 2006, 2007, 2008, 2009, 2023, 2024 e 2025. Desde 1955, o Brasil tradicionalmente é o primeiro país a falar no debate geral, seguido pelos Estados Unidos.

Agenda em Nova York

Na segunda-feira (21), Lula se reuniu com o presidente do Uruguai, Yamandú Orsi, com o prefeito de Nova York, Zohran Mamdani, e com o senador americano Bernie Sanders.

Ele também concedeu entrevista à CNN, na qual fez críticas a Donald Trump e afirmou haver "indícios de interferência" dos Estados Unidos no processo eleitoral, inclusive relacionados à inteligência artificial.

Fonte: Congresso em Foco

Trabalhador em mina subterrânea terá direito a adicional de periculosidade

Na região, há um reservatório natural com bolsões de gás explosivo



A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho deferiu a um minerador da Vale S.A. em Sergipe o pagamento de

Brasília-DF, 23 de setembro de 2026

adicional de periculosidade de 30% pelo trabalho em mina subterrânea. A periculosidade foi reconhecida em laudo pericial porque o trabalho era realizado numa área de armazenamento de inflamáveis gasosos.

Local da mina tinha bolsões de gás explosivo

O minerador, contratado em 1992, alegou na ação que trabalhava nas frentes de lavra de potássio da mina subterrânea de Taquari/Vassouras, onde frequentemente eram encontrados bolsões de gás explosivo. A mina fica perto do Campo de Petróleo de Carmópolis, da Petrobras, e, segundo ele, diversos acidentes graves ocorreram no local, inclusive um fatal. Nesse episódio, ao manusear uma máquina, o operário atingiu um bolsão de gás e, como os dentes de corte da máquina ficam incandescentes em razão do atrito com a rocha, ocorreu uma explosão.

Por sua vez, a Vale argumentou que não havia previsão legal do adicional para as atividades desenvolvidas pelo empregado.

Matéria completa: <https://www.tst.jus.br/-/trabalhador-em-mina-subterranea-tera-direito-a-adicional-de-periculosidade>

Fonte: TST

Demissão de trabalhador que move ação contra a empresa gera danos morais



Ao demitir um trabalhador logo depois do ajuizamento de uma ação trabalhista, a empresa adota conduta discriminatória na tentativa de inibir o exercício do direito de ação, atingindo a dignidade e a liberdade de acesso à Justiça do empregado.

Com esse fundamento, a juíza Maria Rafaela de Castro, da 1ª Vara do Trabalho da Região do Cariri (CE), condenou uma empresa de reciclagem a pagar R\$ 30 mil a um ex-empregado por danos morais. Ela reconheceu que a demissão do ex-auxiliar de linha de produção teve caráter retaliatório e discriminatório.

O trabalhador prestou serviços em uma unidade de reciclagem de resíduos em Juazeiro do Norte (CE)

entre maio de 2023 e dezembro de 2025. Contratado formalmente como auxiliar na linha de produção, ele operava prensas, moinhos de PVC e fazia a separação manual de lixo comum, orgânico e inorgânico, oriundos de lixões e hospitais. O material não tinha prévio tratamento de limpeza e o trabalhador não recebia equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados para neutralizar os agentes agressivos.

Na ação trabalhista, o autor pediu a anulação da dispensa, a quitação de todas as verbas rescisórias com reflexos do adicional de insalubridade e FGTS com multa de 40%, além de indenização por danos morais. Ocorre que o trabalhador já havia ajuizado um processo anterior para cobrar o adicional de insalubridade. O profissional foi demitido apenas um mês depois de acionar a Justiça.

Matéria completa: <https://conjur.com.br/2026-set-21/demitir-trabalhador-que-moveu-acao-trabalhista-gera-danos-morais/>

Fonte: Consultor Jurídico



22 de setembro
DIA NACIONAL DA JUVENTUDE

A JUVENTUDE tem voz, tem poder e tem vez!

JUVENTUDE PRESENTE, FUTURO POSSÍVEL!

Participar da política é transformar realidades, defender direitos e construir um país mais justo, democrático e inclusivo para todos.

- Sua ideia faz diferença.
- Seu voto tem força.
- Seu engajamento muda o hoje e constrói o amanhã.
- Juntos, somos protagonistas da mudança!

Participe! Questione! Transforme!

A JUVENTUDE NÃO É O FUTURO. A JUVENTUDE É O AGORA!

2026
SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI